

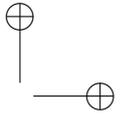
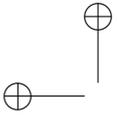
**A PERFEIÇÃO DA ARTE  
MÉDICA**



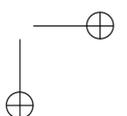
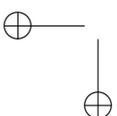
Adelino Cardoso

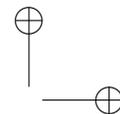
2011

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



Estudo introdutório à obra de Rodrigo de CASTRO, *O Médico Político - Ou Tratado sobre os Deveres Médico-Políticos*, Edições Colibri, Lisboa, 2011, e aqui republicado por indicação do Prof. Adelino Cardoso, a quem a LUSOSOFIA.NET agradece.





FICHA TÉCNICA

Título: *A Perfeição da Arte Médica*

Autor: Adelino Cardoso

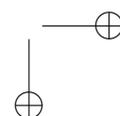
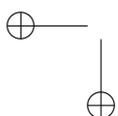
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2011



Rodrigo de Castro

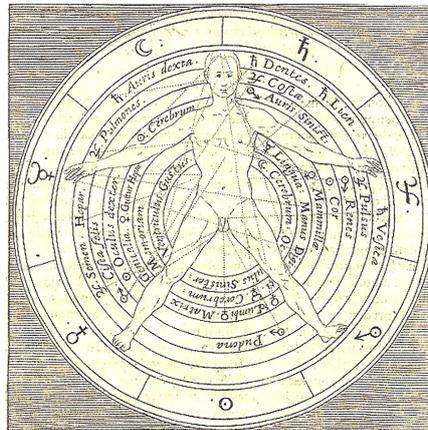
# O Médico Político

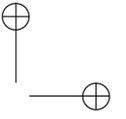
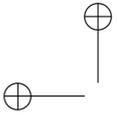
Ou tratado sobre os deveres médico-políticos

Tradução de Domingos Lucas Dias  
Revisão científica de Adelino Cardoso  
Apresentação de Diego Gracia



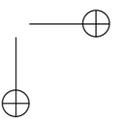
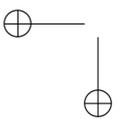
Edições Colibri

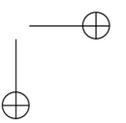
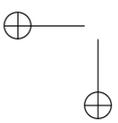
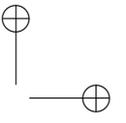
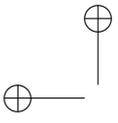




LUSO**Sofia:**press

Covilhã, 2011







# A Perfeição da Arte Médica

Adelino Cardoso\*

## Índice

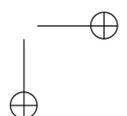
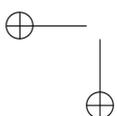
Introdução	6
Uma arte racional	7
Uma ética universal da razão	12
A relação médico-doente	15
Conclusão	17
Bibliografia	19

“A necessidade concebeu a medicina, a habilidade pariu-a, a razão alimentou-a, o uso fê-la progredir, por fim, a longa experiência consumou-a e elevou-a à perfeição” (II, VI, *infra*, p. 101).

“Por isso justamente se prefere aquele médico que, no trabalho, conjuga a prática com o conhecimento da arte racional.” (II, X, *infra*, p. 119)

---

\*Centro de História da Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa



## Introdução

Rodrigo de Castro (1546-1627), filho de António Fernandes de Castro, médico, e de uma senhora de apelido Vaz, que tinha três irmãos médicos, nasceu em Lisboa, formou-se em Salamanca, e exerceu medicina na sua cidade natal, mas se notabilizou como médico e como autor em Hamburgo, cidade onde se fixou por volta de 1590, após uma curta passagem por Antuérpia, para fugir à perseguição movida aos judeus por Filipe II de Espanha, que anexou Portugal no seu Reino. É também certamente disso que se trata quando, a propósito do honroso convite real para desenvolver um projecto de investigação sobre as plantas medicinais do Oriente, o autor refere que declinou o convite “por justas razões” (III, XXII, *infra*, p. 221). *O Médico Político*, publicado em 1614, com dedicatória a Vincenz Moller e Hieronimus Vogeler, magistrados da cidade de Hamburgo, é uma obra que se inscreve num género cultivado por muitos escritores médicos dos séculos XVI e XVII, como evidencia Diego Gracia (*supra*, p. 13). O que dá um cunho especial a esta obra é o seu âmbito extremamente vasto, correspondendo à erudição e aos interesses de R. de Castro, o vigor da sua argumentação, nomeadamente na discussão de tópicos controversos, e a originalidade de um pensamento que se desenvolve no diálogo com múltiplas tradições (aristotélicas, neoplatónicas, judaico-cristãs)<sup>1</sup>.

O estilo e a forma do pensar atestam a marca de um tempo historicamente circunscrito. No entanto, a distância histórica reforça a acuidade de muitas das questões no plano epistemológico, ético e político. Negligência e erro médico, universalidade do di-

<sup>1</sup>Guido GIGLIONI, “Reality and metaphors in the language of Renaissance Medicine: the case of Rodrigo de Castro”, in P. F. da COSTA e A. CARDOSO, *Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)*. Lisboa: Colibri, 2011, p.53.



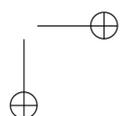
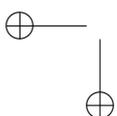
reito aos serviços médicos são questões ainda hoje sensíveis, cuja abordagem frontal não pode deixar de nos interpelar.

Neste breve estudo, proponho à atenção do leitor três tópicos que se me apresentaram como linhas orientadoras de *O Médico Político*: a excelência da arte médica, entendida como um saber-fazer que incide sobre o indivíduo singular, o *ethos* médico, a especificidade da relação terapêutica.

### Uma arte racional

Num procedimento coerente e ordenado, “com razão e com método” (I, 1 *infra*, p. 30), o autor começa pelo intento da obra e pela definição do seu objecto. Trata-se de uma obra sobre a arte médica, mais precisamente, sobre “a melhor maneira de exercer a medicina” ou sobre “as condições para ser um médico perfeito”. São condições extremamente exigentes, não bastando tirar um curso de medicina e ostentar o nome de médico. Importa distinguir o verdadeiro médico do simples médico e dos múltiplos tipos de pseudomédicos: “decidi, por isso, expor o que distingue um simples médico de um médico prudente, político, generoso e digno da arte mais nobre” (I, I, *infra*, p. 30).

O que é, então, um médico? É “um homem bom perito em medicina” (I, II, *infra*, p. 31). Homem bom, necessariamente, porquanto “o próprio exercício da arte e o estudo das letras mais humanas, que ele cultiva, educam-no para a virtude” (*ibid.*). Ser médico é agir por humanidade e benevolência; o acto médico é, enquanto tal, um acto moral. Por sua vez, a medicina é “a arte de promover e conservar a saúde com a razão e a experiência” (*ibid.*). A verdadeira medicina é uma *arte racional*, da qual se afastaram



as diferentes seitas, que o autor compara a heresias, muito particularmente a seita empírica, metódica e paracelsiana.

Como bem diz G. Giglioni, o *Médico Político* é “uma obra de apologética médica”<sup>2</sup>, na qual se faz a defesa da verdadeira medicina contra os inimigos internos (seitas, médicos negligentes e mercenários) e externos. Julgo, porém, que não obstante a ênfase do autor na defesa da excelência da medicina, não é isso que dá o tom à obra e que é outra a sua motivação fundamental: propor um retrato do médico perfeito, que o distinga de todos os tipos de falsificação que abundam na Europa do seu tempo. O diagnóstico do estado da medicina no dealbar do século XVII é extremamente crítico: muitos daqueles que usam o nome e o hábito de médicos não passam de pseudo-médicos e charlatães, que devem ser severamente punidos (III, XXXIII, *infra*, pp. 225-226). Os falsos médicos desprezam a verdade e o estudo, procuram riqueza e prazer, são adutores e servis para com os seus clientes; não estudam as diferentes doenças e “tudo fazem ao acaso e fortuitamente” (III, XXIV, *infra*, p. 231). Ora, “o médico deve ser racional”, enfatiza o título do capítulo II.

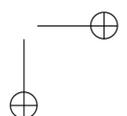
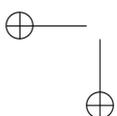
Mais do que qualquer outra arte, a medicina é racional. A razão não se define por oposição à experiência, sem a qual a ciência médica fica irremediavelmente coxa: “Ora, é muito claro que tanto a razão como a experiência são necessárias à medicina, apoiada nas quais, como que em duas pernas, avança airosa.” (I, II, *infra*, p. 32). Mais, a experiência serve de pedra de toque, pelo que, em caso de conflito entre razão e experiência, é esta que deve prevalecer (II, XI, *infra*, p. 123). Porquê, então, se qualifica a verdadeira medicina como racional e não empírica? Porque a razão é uma faculdade mais elevada, à qual incumbe a tarefa de organizar os dados da experiência e dar o salto para lá do imediatamente visível, perscrutando os segredos da natureza. Diferentemente dos metódicos, cujo nome decorre de eles procurarem o caminho mais curto e

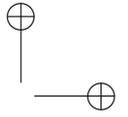
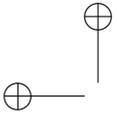
<sup>2</sup>Guido GIGLIONI, *Art. cit.*, p. 47.



mais fácil para aprender e exercer a medicina, os médicos racionais empreendem seguir o curso sinuoso da natureza, cuja ordem é mais subtil do que a inteligência humana habitualmente considera. Os melhores médicos, os racionais, “reivindicaram para si o conhecimento da natureza, como se, sem ele, a medicina fosse incompleta, aleijada e débil” (I, II, *infra*, p. 31). Aí se inclui o conhecimento “das coisas naturais, das não-naturais e das preternaturais” (*ibid.*). As seis coisas não-naturais são: comida e bebida, ar e ambiente, esforço e repouso, sono e vigília, secreções e excreções, paixões da alma. Preternatural significa à margem da natureza e aplica-se a fenómenos irregulares e estranhos, que se afastam do curso normal da natureza.

O termo natureza designa, primacialmente, ordem e regularidade do curso fenomenal. Daí a afirmação de que a natureza “é uma espécie de coisa regrada” (II, XII, *infra*, p. 124). Mas a natureza recobre, na literatura médico-filosófica, um leque muito alargado de significações. Rodrigo de Castro assinala oito significações filosóficas (nascimento ou geração, princípio intrínseco de operação, essência ou quiddidade, propriedade e inclinação natural de cada coisa, ordem essencial das coisas que concorrem para a perfeição do universo, natureza universal, o próprio Deus, uma certa prudência ínsita na acção) e cinco significações médicas (constituição individual, força formadora, alma vivificante, toda a força que dirige o animal, calor natural ou inato) (II, XII, *infra*, pp. 124-125). Sem excluir algumas das acepções filosóficas, nomeadamente a da natureza como princípio intrínseco de operação e inclinação individual, julgo que *O Médico Político* releva as acepções propriamente médicas, em especial a constituição individual e a força internamente reguladora da actividade animal. A natureza é um *princípio explicativo* de fenómenos que ocorrem ordenadamente no ser individual, não uma simples noção vaga e abstracta; é igualmente uma *força curativa*, que o médico e o doente devem ajudar.

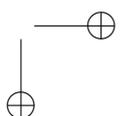
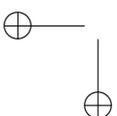




Dentre as coisas naturais, a medicina considera especialmente o corpo humano, a “a mais nobre das substâncias corpóreas” (I, X, *infra*, p. 61) ou “a mais importante de todas as substâncias corpóreas” (I, XII, *infra*, p. 71). Sob este aspecto, o olhar de Castro inscreve-se na inteligibilidade renascentista, em que o corpo é visto como a mais perfeita máquina da natureza, o arquétipo que serve de modelo para compreender a estrutura do universo e o corpo artificial que é a sociedade politicamente organizada. *O Médico Político* sublinha estes dois tópicos da visão renascentista do corpo: um microcosmo à semelhança do qual foi feito o macrocosmo já que ele “é o arquétipo e o primeiro exemplar de todo o universo” (IV, V, *infra*, p. 252); uma “fábrica tão admirável” e harmoniosa, à imagem do qual se constitui “a cidade bem organizada, pois ela apresenta uma excelente imagem de um corpo humano saudável” (IV, VI, *infra*, p. 265). Segundo a fórmula insuperável de L. Fuchs: “Finalmente, Deus, mediante a própria distribuição das partes do corpo humano, forneceu uma certa imagem da pólis e da cidade”<sup>3</sup>.

Num universo regulado pela analogia e correspondência, o corpo humano é o símbolo por excelência da boa combinação e ajustamento das partes: “Ora, a ninguém deve parecer estranho o que no capítulo precedente referimos acerca da analogia das coisas inferiores com as superiores. Pois também o nosso corpo tem em si e mostra uma belíssima imagem da totalidade da natureza superior e inferior, de tal forma que neste reduzido microcosmo se oculta o vastíssimo macrocosmo. Por isso os antigos disseram que a filosofia não é senão conhecer-se o homem a si mesmo, já que ele abarca o conhecimento de todas as coisas. (...) De facto, em nós existem, segundo o consenso de todos os sábios, os quatro elementos de que este mundo inferior se compõe, e destes quatro se compõem os principais temperamentos, os quatro humores, as quatro idades, a cujas qualidades correspondem respectivamente,

<sup>3</sup>Leonart FUCHS, *De humani corporis fabrica epitomes*. Lugduni, 1551, p. 17.



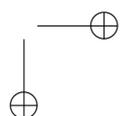
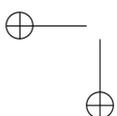


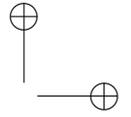
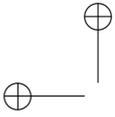
segundo um consenso admirável, as quatro partes do dia, as quatro estações do ano, as quatro regiões do mundo, as qualidades dos quatro ventos” (IV, IV, *infra*, p. 259).

A medicina é racional nos seus procedimentos, não ao nível dos princípios. Ela parte de evidências e recorre a provas, mas que são de um tipo diferente da demonstração matemática, pois se trata de uma *ciência conjectural* (I, VII, *infra*, p. 49). Ao nível epistémico, Rodrigo de Castro considera quatro “operações fidedignas”, além da demonstração: “prudência, virtude, benevolência e suprema sabedoria na arte de que se trata” (II, XI, *infra*, p. 121).

O autor dá um lugar preponderante à prudência, isto é, à sabedoria prática que permite discernir bem o que está em causa, julgar criteriosamente, tomar a decisão mais ajustada: “nada mais se deve desejar para um médico do que a prudência associada à proibidade natura” (II, V, *infra*, p. 99). Prudência é uma arte do agir, que pressupõe uma formação sólida. No caso do médico, exige-se não apenas uma formação específica nas disciplinas médicas (anatomia, cirurgia, botânica, fisiologia, higiene, terapêutica, patologia e semiótica) (II, V, *infra*, pp. 99-101), mas também uma formação geral incluindo: humanidades (latim, grego e respectivas literaturas), artes do discurso (lógica, dialética e retórica), filosofia natural e filosofia moral (II, I, *infra*, pp. 81-84). Esta última é particularmente relevante porque o médico deve tratar o homem como um todo e não apenas o corpo. A medicina é uma *arte do humano*, que tem a função de conservar e, mais do que isso, de melhorar a natureza humana: “a arte foi inventada para oferecer algo maior e mais excelente do que a natureza. (...) Da mesma maneira faz a arte médica algumas coisas maiores e mais importantes do que a natureza pode fazer, porque a natureza é conduzida apenas pelo instinto, mas a medicina é-o pelo conhecimento e pela compreensão das coisas” (II, XII, *infra*, p. 126).

A perfeição do médico requer certas aptidões naturais: “o artista supremo nasce” (II, VII, *infra*, p. 105). No entanto, essas ap-

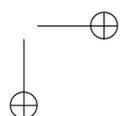
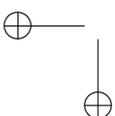


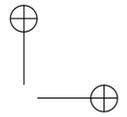


tidões só se desenvolvem plenamente num local adequado, ou seja, numa boa Escola, e só atingem o cume através da formação contínua, quer dizer, do estudo incessante ao longo de toda a vida e da frequência dos médicos sábios e experientes. Efectivamente, a interrupção do estudo não significa uma mera paragem, mas um retrocesso: “pois os estudos interrompidos retrocedem, qual embarcação que é empurrada para trás pelo vento e não como aquele que, parado a meio do caminho, não avança” (II, VII, *infra*, p. 110)

### Uma ética universal da razão

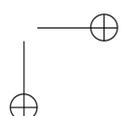
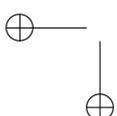
Rodrigo de Castro não acompanha a tendência moderna para separar o domínio técnico-científico e o domínio dos valores, rejeitando veementemente a tese da neutralidade axiológica da arte médica e, por maioria de razão, a tese de que o médico é um homem mau, tese que atribui a Pedro. d’Abano (I, III, *infra*, pp. 32-33). O acto médico é intrinsecamente moral na sua motivação e no seu modo de exercício: “ser médico traz à natureza [humana] alguma bondade”, porquanto “aquele que se designa verdadeiro médico é compelido a curar por bondade e humanidade” (I, II, *infra*, p. 31). Ao invés do falso médico, que põe o interesse privado à frente da utilidade pública e do bem do paciente, o verdadeiro médico é uma figura ética que se preocupa com o bem comum e com a saúde e bem-estar daqueles que solicitam os seus cuidados, independentemente da sua religião ou condição social: “Não seja o médico soberbo, mas trate da mesma forma pobres e ricos, servos e livres de qualquer nação, a medicina é a mesma para todos” (III, III, *infra*, p. 150). Na sua equidade e gratuidade, o médico é uma imagem do próprio Deus: “O artífice da saúde imita Deus, de quem é auxiliar” (I, X, *infra*, p. 61).





A mundividência de Rodrigo de Castro conjuga um sentido religioso muito forte com a exigência de racionalidade. A medicina é “invenção divina” (I, VIII, *infra*, p. 54), que Deus transmitiu a Adão, este divulgou e a humanidade posterior aperfeiçoou progressivamente com o seu esforço e habilidade (II, VI, *infra*, p. 103). Deus é o médico supremo, o único que tem o poder infalível da cura (III, II, *infra*, p. 144), mas o homem participa igualmente na preservação e recuperação da saúde através do conhecimento dos processos naturais e do mecanismo da sua regulação. Em caso de doença, deve recorrer-se primeiro a Deus, depois, ao médico (I, IX, *infra*, p. 58). A arte médica tem limites, mas o médico deve empenhar-se para garantir a eficácia do seu acto, que tem uma função insubstituível. A intervenção sobrenatural e milagrosa de Deus é ocasional, não anulando o curso regular da natureza, sobre a qual se exerce a actividade médica. A doença tem uma dupla origem (natural e divina) e, conseqüentemente, uma dupla cura (*ibid.*). Importa contudo não confundir os dois planos.

O acto médico tem o seu lugar e uma legitimidade própria, cujo fundamento é um *princípio universal da razão*, que se sobrepõe às divisões religiosas e às múltiplas formas de rivalidade e conflito entre os humanos. A ética médica é uma *ética da inclusão e da tolerância*, que remove as fronteiras entre homens, povos e religiões, porque responde a um *imperativo racional*. Os termos de Rodrigo de Castro são muito explícitos: “Mas chamamos a atenção para que o médico receba para tratar qualquer particular que seja que pede auxílio e, tendo-o recebido, procure tratá-lo com toda a diligência, seja ele cristão, judeu, turco ou pagão. Todos estão unidos pela lei da humanidade, a humanidade exige que todos devem ser igualmente tratados pelo médico” (III, XV, *infra*, pp. 194-195). Esta *lei da humanidade* é uma *lei natural*, que se sobrepõe às particularidades religiosas e culturais. Daí decorrem conseqüências decisivas: o direito aos cuidados médicos é um direito universal, pelo que o médico deve tratar e acompanhar a todos por igual, incluindo ini-

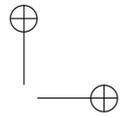


migos, os maus, pessoas rudes e grosseiras: “não parece conforme com a humanidade nem com a razão que se omita o auxílio a quem o implora” (III, XV, *infra*, p. 193).

Do ponto de vista moral, Castro assume virtudes típicas do estoicismo, que teve um forte impacto na filosofia europeia na transição do século XVI ao XVII: a constância, a resistência diante das contrariedades da fortuna, a fortaleza de espírito, o domínio de si e controle das paixões. No entanto, o autor não adere ao ideal estóico da *apatheia*, antes valoriza a sensibilidade. A moral exerce-se, em larga medida, pela regulação das paixões, não tanto para as anular quanto para incentivar o cultivo de certas paixões em detrimento de outras. Acima de tudo, o médico deve procurar a alegria e evitar a tristeza. Com efeito, a alegria é uma paixão da vida, que fortalece a alma e o corpo (III, I, *infra*, p. 139). Por seu lado, a tristeza, o medo, a inveja são paixões que diminuem a potência daqueles que se deixam afectar por essas doenças da alma. Tal como nas grandes filosofias do século XVII, nomeadamente a de Descartes, Espinosa, Malebranche e Leibniz, a moral visa em Rodrigo de Castro intensificar a vida, promover a acção pela qual o homem alcança a perfeição e a excelência.

O médico deve ser um homem bom, mas, além disso, deve cultivar especialmente virtudes que fazem o bom médico: “prudência, circunspecção, providência, cautela, perspicácia; depois ainda, continência, sobriedade, mansidão, modéstia ou moderação, decência no vestir e aquilo que define os limites do divertimento e do jogo (*eutrapalia*); além disso, discrição, sinceridade, dignidade, magnanimidade, liberalidade e honestidade. E, acima de tudo, amizade para com os seus conhecidos, afabilidade para com os estanhos, civilidade e decoro em função da idade, do sexo e das pessoas” (III, III, *infra*, p. 148).

Rodrigo de Castro defende uma ética da responsabilidade, advogando que os falsos médicos devem ser evitados pelos cidadãos e “pesadamente punidos pelos magistrados prudentes” (III, XXIV,

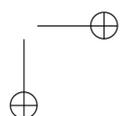
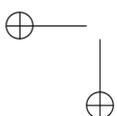


*infra*, p. 227). A negligência é intolerável, pelo que é necessário romper com um estado de coisas lamentável, em que o crime passa impune e, mais do que isso, tem “ocasião favorável” (III, XXIII, *infra*, p. 226).

### **A relação médico-doente**

A temática da relação é um tópico central de *O Médico Político*. Toda a arte médica deve ser guiada tendo como objectivo único o bem do doente. Enquanto tal, o acto médico é um acto gratuito e desinteressado. Nos casos de penúria, será mesmo desejável que o médico “dê do que é seu aos doentes” (III, XXI, *infra*, p. 216). Numa república bem organizada, cujos cidadãos fossem cultos e bem formados, caberia aos poderes públicos e aos pacientes abastados retribuírem generosamente aos médicos pelos serviços prestados. Tal generosidade justifica-se pelo facto de que nenhum bem material é equiparável à recuperação da saúde (*ibid.*).

Assim como há virtudes características do médico, há uma especificidade da relação terapêutica. A dimensão relacional está fortemente presente, logo no primeiro contacto com o paciente. Como sabemos, o quadro de relação médico-doente era diferente daquele que é hoje. O doente não ia ao médico, mas era o médico que ia visitar o doente, uma vez solicitado para isso. O doente é tratado no seu ambiente próprio: “ao chegar junto do paciente, não se coloque o médico na penumbra, nem à cabeceira do doente, mas à frente dele, num lugar iluminado, a fim de, também pela face, se aperceber de todos os sintomas daquele que está deitado. Depois disso, em silêncio, fixando o olhar em terra ou directamente na face do doente, saudando calmamente o paciente e dirigindo-se ao paciente, feitas ao doente e aos assistentes uma multiplicidade de



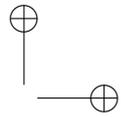
perguntas (...), percorra com o pensamento célere todos os habituais tópicos: o sexo do paciente, a idade, o temperamento, a época do ano, a natureza do ar, o hábito do corpo, o vigor das forças, o costume, o modo de vida, a natureza da doença, a sua causa e os seus sintomas”(III, V, *infra*, p. 155)

Rodrigo de Castro fornece indicações e dá conselhos que visam promover a qualidade da relação e a eficácia do acto médico. Cada médico deve ter um número reduzido de pacientes, visitá-los regularmente (duas vezes por dia no início da doença, diminuindo gradualmente a frequência das visitas) e apresentar-se de modo a evidenciar um espírito bem disposto e uma sabedoria profunda (III, IV, *infra*, p. 152)

O médico deve ser, estar e agir de modo a inspirar confiança no doente. Com efeito, a confiança é absolutamente decisiva: a sua eficácia terapêutica é superior à do médico e dos fármacos. A confiança está no fulcro da relação terapêutica: “O melhor médico é o que mais cura, cura mais aquele em quem mais confiam e, entretanto, vale mais a confiança do que o médico e quantos medicamentos há (III, V, *infra*, p. 157). Ganha-se a confiança do doente pela autoridade do saber, pela prudência do juízo, pela atenção e diligência no acto de cuidar, pela rectidão do carácter e pela decência da apresentação e vestuário. A eficácia terapêutica da confiança não tem nada de enigmático, já que se trata de “uma afeição da alma racional, que põe em movimento “o calor natural, que é instrumento da alma” (III, XII, *infra*, p. 184). Na nossa linguagem, a confiança ilustra a influência do psíquico sobre o orgânico.

No plano afectivo, o médico deve ser agradável para com o doente, tomar medidas para evitar presenças inoportunas e a comunicação de notícias desagradáveis. Mesmo ao nível da prescrição, adverte o autor: devem preferir-se as coisas que não são as melhores, mas são agradáveis ao doente (III, VIII, *infra*, p. 166).

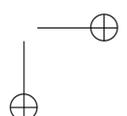
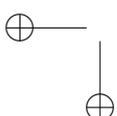
Na comunicação verbal, requer-se atenção aos relatos do doente e dos seus assistentes, um tom franco e cordial, utilizando as



palavras como meio terapêutico. Enquanto homem sábio e prudente, que ama a verdade acima de tudo, o médico tem a obrigação de dizer toda a verdade às pessoas cultas e bem formadas. Nos outros casos, de doentes ignorantes ou perversos, é legítimo que o médico omita a verdade, sempre que tal omissão possa ajudar no processo de cura: seria imprudente revelar aos doentes certas doenças que os homens temem especialmente (epilepsia, gota, melancolia, doenças venéreas) (III, VI, *infra*, p. 161). Rodrigo de Castro debate longamente (III, IX, *infra*, pp. 169-173) este tópico controverso na literatura médica e filosófico-teológica, admitindo simultaneamente o *princípio da veracidade* e o recurso à *mentira oficiosa*, sempre que isso se revele útil para o doente: deve usar-se a mentira como se usa um medicamento, ou seja, com medida, na dose certa (III, IX, *infra*, p. 171). Nesses casos, é dever do médico informar os *assistentes* sobre o diagnóstico exacto do paciente e prognóstico mais provável. No quadro terapêutico definido pelo médico de Hamburgo, em que o tratamento é feito no ambiente familiar, a figura do assistente ocupa um lugar proeminente. De facto, o médico deve visitar o doente duas vezes por dia, no início, diminuindo gradualmente de frequência, mas são os assistentes que fazem o acompanhamento permanente do doente. Neste quadro, o assistente é um auxiliar permanente e diligente observador de tudo o que acontece ao doente, uma pessoa habituada a cuidar (III, XII, *infra*, p. 184).

## Conclusão

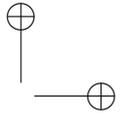
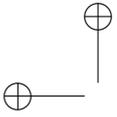
A exigência intelectual é inseparável da exigência ética e ambas compõem um traço distintivo do verdadeiro médico. O desinteresse pelo estudo é um indício claro de um médico negligente. A



par do convívio com médicos experientes e diligentes, o médico perfeito cultivava as letras humanas e as letras médicas. O capítulo IX do livro II sobre a Biblioteca Médica é um repositório impressionante de obras de leitura indispensável ou altamente recomendável, seleccionadas segundo o critério do reconhecimento por uma longa tradição médico-filosófica, nomeadamente: as obras de Hipócrates, Aristóteles, Galeno, Celso, Avicena, Averróis, Homero, Virgílio, Lucrecio. Castro não hesita em recomendar obras recentes, por exemplo de Vesálio e Fernel, incluindo a sua *De universa mulierum medicina*, que é efectivamente uma obra de referência no âmbito da ginecologia da época.

Esta obra monumental combina dois lados aparentemente dissonantes: 1) um certo ecletismo, no sentido positivo que este termo tem no século XVII, de uma síntese fecunda de diferentes perspectivas e doutrinas sob a designação genérica de medicina racional; 2) o gosto da controvérsia. Castro não se limita a abordar tópicos controversos, como o do conflito entre as artes, do valor da astrologia judiciária, da relação entre arte e natureza, do confronto entre as seitas médicas, da legitimidade da mentira, do valor terapêutico da música, mas a própria abordagem segue os procedimentos típicos do estilo controversial. A controvérsia tem uma função heurística, na medida em que “ao futuro médico perfeito não basta adquirir uma sólida formação, mas precisa de conhecer os erros dos outros e as suas incongruentes opiniões, para se aperceber do modo como ela [a medicina] deve opor-se-lhes ou com que fundamentos as deve abalar e, mantendo sem se perturbar a via da verdade, possa desviar os seus dardos. E esta é a força da verdade que cintila mais no contraste com aquilo que se opõe” (I, IV, *infra*, p. 36).

O *Médico Político* é uma obra de cultura, que se dirige não só ao público da república médica mas também ao da república literária, isto é, aos homens cultos e interessados na circulação e debate de ideias. Os três capítulos finais, onde se discute o valor terapêutico da música, são um exemplo notável disso: além do tópico



específico da relação entre música e medicina, o autor aborda a música em geral e a sua função pedagógica e cultural.

Rodrigo de Castro empreende uma viagem aos fundamentos da arte médica, no intento de lhe restituir toda a dignidade e exigência que a caracterizaram na sua génese histórica. A afinidade com a filosofia é uma marca da superioridade da verdadeira arte médica, no confronto, por exemplo, com a jurisprudência (I, XII, *infra*, p. 76).

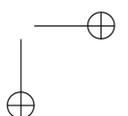
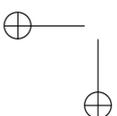
\*

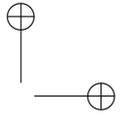
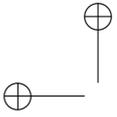
Na qualidade de coordenador do projecto PTDC/FIL/64863/2006 – Filosofia, Medicina e Sociedade e de responsável por esta edição, agradeço ao tradutor de *O Médico Político*, Domingos Lucas Dias o esforço notável e o discernimento que permitiram levar a bom termo esta árdua tarefa. Agradeço a Diego Gracia, Catedrático de História da Medicina e de Bioética da Universidade Complutense de Madrid, o admirável texto de apresentação deste livro, no qual contextualiza e torna inteligível esta obra fundamental. Agradeço a Manuel Silvério Marques e a Bruno Barreiros o apoio permanente para resolver múltiplas dificuldades; a António Braz de Oliveira, a ajuda na decifração de palavras dificilmente legíveis do original. A Ilídio Cadime e Pedro Duarte agradeço o esforço clarividente na fase inicial do trabalho de tradução.

## **Bibliografia**

Jon ARRIZABALAGA, “Medical Ideals in the Sephardic Diaspora: Rodrigo de Castro’s Portrait of the Perfect Physician in Early Seventeenth-Century Hamburg”. In Teresa HUGUET-TERMES, Jon ARRIZABALAGA and Harold J. COOK (Eds.),

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)





*Health and Medicine in Hapsburg Spain: Agents, Practices, Representations*. London: The Wellcome Trust Centre for the History of Medicine at UCL, 2009, pp. 107-124.

Guido GIGLIONI, “Reality and metaphors in the language of Renaissance Medicine”, in Palmira Fontes da COSTA e Adelino CARDOSO (Org.), *Percursos na história do livro médico (1450-1800)*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp. 45-58.

D. LINDEN, “The perfect physician: sixteenth century perspectives from the Iberian Peninsula”, *Sudhoffs Archives*, 84 (2000), pp. 222-231.

W. SCHLEINER, *Medical Ethics in the Renaissance*. Washington: Georgetown University Press, 1995.

